

O estudo das fronteiras agrárias no processo de reocupação da cidade Ivatuba-PR.

Resumo

Este artigo trata da temática da reocupação do norte paranaense, na primeira metade do século XX, mais especificamente centrando sua análise na cidade de Ivatuba. Cabe lembrar que Ivatuba, localizada a 468 km de Curitiba, capital do Paraná, faz parte do processo de reocupação que avança a passos rápidos em meados do referido século. A abordagem adotada no presente texto visa à percepção da exploração de terras, partindo do conceito de “fronteiras agrárias” como um movimento da “frente pioneira” e busca apontar alguns discursos formulados em tal contexto. Para tanto, nos pautamos em um periódico regional como principal fonte documental para análise: a revista “Ivatuba Progresso Constante”.

Palavras-chaves

História Regional, História do Paraná, Fronteiras, Migração.

Abstract

This article deals with the reoccupation of northern Paraná, in the first half of the 20th century, specifically focusing its analysis on the city of Ivatuba. It should be remembered that Ivatuba, located 468 km from Curitiba, the capital of Paraná, is part of the process of reoccupation that is advancing at rapid pace in the middle of the century. The approach adopted in this text aims at the perception of land exploration, starting from the concept of "agrarian frontiers" as a movement of the "pioneer front" and seeks to point out some discourses formulated in such context. For that, we have a regional journal as the main documentary source for analysis: the magazine "Ivatuba Progresso Constante"

Keywords

Regional History, History of Paraná, Frontiers, Migration

“Frente Pioneira x Frente de Expansão”

As considerações expostas neste artigo têm a intenção de compreender o movimento de migração na região de Ivatuba, cidade localizada no norte do estado do Paraná, como uma frente de expansão pioneira oriunda dos estados de São Paulo e Santa Catarina, no início da década de 1950 até o final da década de 1970. Assim, julga-se importante aqui trazer algumas reflexões sobre esta temática e como ela tem sido caracterizada pela historiografia brasileira no século XX.

Para Martins¹(1997), os pesquisadores do tema da fronteira no Brasil, quando analisam a produção historiográfica relacionada, se deparam com duas possíveis

¹ MARTINS, José de Souza. 1997. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. Editora Hucitec, São Paulo, Brasil.

noções pertinentes ao estudo da temática. Desde a década de 1940 os geógrafos se referem a essa realidade como “frente pioneira”. Já os antropólogos a denominam como “frente de expansão”. Na percepção deste autor, tanto a “frente pioneira” e a “frente de expansão” são duas formas diferentes de compreender a fronteira; na qual a visão do antropólogo contempla determinados elementos negligenciados na concepção dos geógrafos.

Portanto, o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo *modos de ver* a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e o do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado. (MARTINS, 1997, p 153)

Martins(1997) ressalta que estes grupos não abrangidos na percepção dos geógrafos se devem principalmente pelo olhar dirigido destes pesquisadores no contexto que foi propagado no Brasil à expressão “frente pioneira”. Naquele momento, a primeira metade do século XX, o foco das abordagens estava no reconhecimento das transformações drásticas na paisagem pela ação do homem.

Na qual merecem destaque a construção das cidades, das ferrovias e também pela disseminação da agricultura comercial numa maior escala, na qual cabe mencionar a produção do café e do algodão como os bens cultivados.

O autor afirma que ambas as noções, não podem ser consideradas conceitos, mas sim designações, na qual os estudiosos consideram, na realidade, dois modos distintos de como determinados grupos se movem, expandem e desenvolvem em uma dada localidade.

Assim, a noção de frente pioneira deixa subtendido a idéia de que, por meio da fronteira, se origina o novo. Ela é modernizante, propaga o progresso que civiliza e urbaniza o espaço.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supõem os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz a

modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 1997, p153)

Na concepção de Martins(1997), a diferença dos modos de compreender as dessemelhantes frentes de ocupação se deve pela distinta temporalidade e espaço que determinado fenômeno foi observado, (na qual podemos destacar o ambiente de pesquisa dentro da academia) estes lugares sociais correspondem à própria existência da fronteira.

O desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da *contraditória diversidade da fronteira*, mais do que produto da diversidade de pontos de vistas sobre a fronteira. Diversidade que é, sobretudo diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos. (MARTINS, 1997, p156)

Ainda sobre as distintas parilidades entre a frente pioneira e a frente de expansão o autor ressalta;

A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que quando os geógrafos falavam da frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. (MARTINS, 1997, p156).

No decorrer do século XX, o estudo da frente de expansão passa a ser paulatinamente dedicado aos aspectos econômicos na fronteira. Alguns estudiosos vão se dedicar a compreendê-la como a expansão do capitalismo, temos como exemplo as pesquisas na região da Amazônia. No entanto para Martins a frente de expansão não pode ser considerada uma frente essencialmente capitalista;

O autor destaca que o viés econômico acarreta num empobrecimento na análise de determinados fatos históricos. Pois dadas realidades se tornam incompreensíveis se forem observadas apenas sobre a ótica destes estudos.

Martins (1997) elucida esta questão apresentando uma série de argumentos que não permitem considerar a frente de expansão como uma frente capitalista, pois quando os geógrafos abordam sobre a frente pioneira, estão relacionando a uma

fronteira econômica, enquanto os antropólogos falam sobre a frente de expansão estão se dirigindo a uma fronteira demográfica.

O autor esclarece essa distinção entre as frentes utilizando os argumentos de Neiva², que considera importante diferenciar no interior das fronteiras políticas do país a fronteira demográfica e a fronteira econômica, pois a margem de expansão se dirige anteriormente da linha de efetiva ocupação econômica de uma determinada região.

Através desta argumentação, Martins (1997) elucida uma diferença substancial que abrange as duas fronteiras já citada e na qual se torna possível situar tanto a frente pioneira quanto a frente de expansão no processo de permeação e desenvolvimento de um dado território: a de que entre as duas fronteiras existe uma faixa de ocupação pelos denominados agentes da “civilização”, que não são por ora os sujeitos típicos produzidos pela produção capitalista.

Neste quadro, observamos que, avante da fronteira demográfica, estão situados os povos indígenas, na qual a “frente de expansão” avança regularmente. Esta mesma frente está posicionada entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica.

Já a “frente pioneira”, se situa após a linha da fronteira econômica e dominada pelos agentes da civilização, do pensamento inovador, do trabalhador que vislumbra o progresso, o “moderno”, enfim, o próspero. O autor adverte que cada uma dessas realidades, pertence a um determinado tempo histórico e é fundamental compreendê-los dentro do seu contexto.

No presente momento, atentamos a discussão sobre a “frente pioneira” e a “frente de expansão” expondo os principais pontos em que ambas se diferem. Esta reflexão se torna necessário, pois, conforme aponta Martins, se as duas frentes forem compreendidas na sua unidade, incorporando o tempo histórico de cada grupo social analisado na fronteira, se torna um instrumento importante para desmistificar elementos até então não compreendidos.

Dentro das frentes de expansão no cenário brasileiro podemos destacar as mais significativas. Entre elas, a região de Chapada, Poxoréu e Campo Grande no Mato Grosso, o norte e oeste do Paraná as cidades de Rio Verde, Alto Tocantins e Mato Grosso de Goiás, o extremo sul da Bahia, os municípios de Andradina e Pereira

² NEIVA, Artur Hehl. "A imigração na política brasileira de povoamento". **Boletim Geográfico**. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: 8(86): 151-183, maio, 1950.

Barreto em São Paulo, o norte do Espírito Santo e por último na Baixada do Rio Guandu no estado do Rio de Janeiro.

Adjunto a frente de expansão, consideramos a existência de outros diversos fenômenos, pertencentes ao mesmo movimento, como a “frente pecuarista”, a “frente pastoril” e a “frente agrícola” Na ocasião abordaremos a presença e domínio destas frentes nos estados de Tocantins e Maranhão, caracterizando-as e diferenciando-as conforme as suas relações com a natureza e com a produção de trabalho predominante.

A Frente Pioneira de Expansão, na região de Ivatuba.

Podemos considerar que a fundação da cidade de Ivatuba está vinculada ao processo de re-ocupação do Norte do Paraná. O norte paranaense, conforme já apontam consistentes pesquisas sobre o tema, já era local de ocupação humana há muito tempo. Conforme aponta Mota, o lugar já era ocupado por populações indígenas há cerca de 8 mil anos, podendo mesmo chegar a 13 mil anos (MOTA, 2005). A região também passou por expedições de reconhecimento militar e reduções jesuíticas ao longo do tempo, chegando ao século 20 com algumas áreas ocupadas por agricultores. Entretanto, a partir da década de 1930, passa por um processo de parcelamento, comercialização e ocupação do solo de modo mais ofensivo, a chamada ocupação capitalista. A partir desta década, com a atuação de companhias de colonização, entre elas a Companhia de Terras Norte do Paraná (C.T.N.P.), que viria a se tornar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.), em meados de 1940.

Por meio da atuação desta empresa imobiliária grande parte de sua área foi sendo re-ocupada, com a plantação de extensos cafezais substituindo a mata e a implantação de ferrovias, rodovias e fundação de cidades (TOMAZI, 2000).

Conforme mostra o mapa a seguir, tal avanço se inicia na cidade de Londrina, a partir de 1930 e persiste até meados da década de 1950.

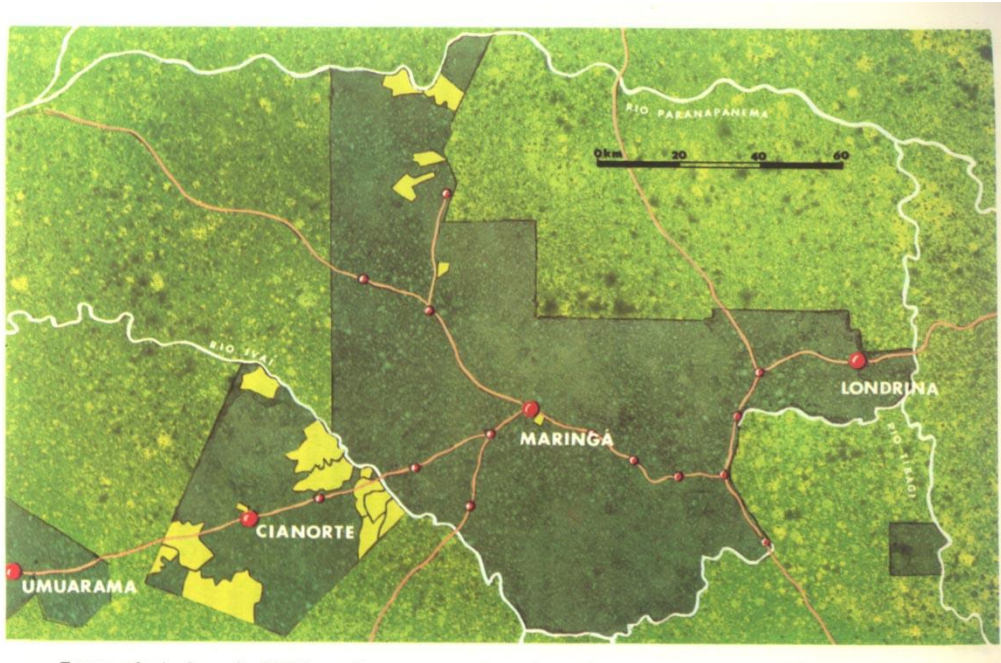


Imagem 1 : a ocupação da região norte paranaense, com destaque para a área comercializada pela C.T.N.P./C.M.N.P. Fonte: CMNP, 1975.

Ivatuba, assim como centenas de cidades pequenas da região norte paranaense, são frutos deste processo de ocupação. Segundo Padilha (1985) o efetivo loteamento da cidade de Ivatuba ocorreu após a aquisição da faixa de terras próxima ao Rio Ivaí por parte da empresa Pareja e Cia Ltda, comercializada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Em 1949, o catarinense Primo Francisco Mazzuco³ e o italiano radicado em Gravatal- SC Estevão Grasso⁴ adquiriram uma faixa de terras da referida loteadora e fundaram a Grasso e Mazzuco Ltda. No mesmo ano passaram a revender as primeiras propriedades rurais para as famílias vindas do Norte do Estado de Santa Catarina.

Assim como a C.T.N.P/C.M.N.P., esta companhia menor utilizava a propaganda como chamariz, amparada em dois aspectos: o primeiro sobre a fertilidade do solo, a terra roxa, segundo a empresa seria extremamente produtivo para o cultivo dos mais variados produtos; o segundo aspecto pode ser relacionado com a presença do Rio Ivaí na região, pois muitos migrantes se deslumbravam com a possibilidade de adquirir estas terras próximas ao rio, pois este auxiliaria a

³ Na Revista "Ivatuba Progresso Constante" de Antônio Padilha. Mazzuco, nascido em Urussanga, Santa Catarina, é tratado como um "desbravador" da cidade, o autor menciona o catarinense como um dos principais "desbravadores" que enfrentaram o "sertão bruto" e a "mata virgem".

⁴ Na mesma publicação, Grasso é mencionado como o principal fundador de Ivatuba, o periódico menciona os grandes feitos do italiano na região e destaca as doações de terrenos para a Igreja Católica e para os principais órgãos públicos.

implantação das lavouras de cafés, cedendo água e principalmente, legitimando a fertilidade do solo.

Para Padilha (1985), os primeiros registros dos fundadores da cidade datam 19 de agosto de 1949, quando os catarinenses, nascidos em Nova Veneza, Santo Presa e Leonildo Coral, compraram um sítio de 7 alqueires destinados para o cultivo do café. No mesmo ano, Francisco Zampronio, natural de Ararangua-SC, adquiriu uma pequena propriedade próxima ao sítio Água Paiçandu.

Em 1950, migraram as primeiras famílias procedentes do estado de São Paulo, entre as quais Padilha (1981) menciona os senhores Antonio Acetti, natural de Ituverava, José Dante nascido em Guairá-SP, Silvestre Dante, oriundo de São José do Rio Pardo-SP. e Eduardo Rodrigues Garcia, proveniente de Ibarra-SP.

Em 11 de julho de 1951, o povoado foi elevado a distrito de Maringá. Em 25 de julho de 1960, elevado a município, e em 18 de novembro de 1961 realizou-se oficialmente a instalação solene com a posse do primeiro prefeito eleito, o agricultor Vander Ribeiro natural de Campina Grande do Sul, Paraná.

No decorrer da década de 1960 centenas de famílias naturais destes dois estados e interessadas no cultivo da lavoura de café, migraram para a região. Este movimento também esteve presente durante a ocupação do norte do Paraná, compreendendo assim uma frente pioneira de expansão.

Segundo Luz (1997), antes da ação da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, no início do século XX, a região já apresentava um relativo fluxo migratório, principalmente dos produtores de café do estado de São Paulo.

Desde o início deste século, a procura de “terras roxas”, mais férteis e rentáveis, os programas de defesa do café, bem como o incentivo levado a efeito pelo governo estadual, provocaram uma notável expansão dos cafezais no Paraná. Além disso, a proibição do plantio em São Paulo e em outros estados e o declínio da produção dos cafezais nas regiões de lavouras mais antigas contribuíram para que muitos fazendeiros buscassem as terras paranaenses, próprias para o café e ainda não sujeitas às restrições ao seu plantio. (LUZ, 1997,p14)

No entanto, após a atuação da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná observamos um progresso da frente pioneira de expansão na ocupação da região onde hoje esta situada Ivatuba. Luz (1997) menciona como consequência deste processo um relativo aumento no número de fazendas de café do tipo tradicional paulista, além do crescimento da população no território paranaense.

Em 1960, a densidade demográfica do estado era de 21,5 hab./km², nas regiões do norte e oeste, onde a ocupação ainda estava se solidificando o número já era de 33,4 hab./km². Segundo Luz (1997), pelo censo demográfico do mesmo ano, havia 162 cidades no estado, das quais 48 com uma massa populacional maior a cinco mil habitantes, sendo que 27 dessas na região norte do Paraná

Se nas décadas de 1950 e 1960 predominaram no norte do estado o fluxo migratório, principalmente da região de São Paulo, em Ivatuba, podemos constatar algumas disparidades quanto a este processo.

Ao analisar o periódico “Ivatuba Progresso Constante”, observamos que a grande maioria das famílias mencionadas na revista teve origem no estado paulista e principalmente em Santa Catarina.

Esta nuance provavelmente deve-se ao fato dos fundadores da companhia Mazzuco e Grasso Ltda, serem de origem catarinense, o que favoreceu a venda de lotes da região para seus conterrâneos. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o de que a maioria das famílias que migravam para região traziam consigo diversos outros grupos de mesmo parentesco.

Como exemplo disso, podemos destacar os senhores Santo Presa, em 1949, Olívio e Paulo Presa no mesmo ano e Olinto Presa em 1952, todos naturais de Nova Veneza. Igualmente os agricultores Fridolino Michelis, em 1952 e Hugo Evaristo Michelis, em 1955, oriundos de Criciúma, Santa Catarina.

Cabe ressaltar que, embora a maioria das famílias que migravam para a região tinham como objetivo a aquisição de sítios e lotes para a produção cafeeira, está não foi a única atividade econômica desenvolvida no território. Padilha (1985) menciona o catarinense Aurélio Semprebom como um dos primeiros comerciantes locais ainda no começo da década de 1950, bem como o senhor José Bendo na construção da primeira Cerâmica da região em 1951, período na qual Ivatuba ainda se firmava como um vilarejo.

Assim observamos a fronteira agrária como fator determinante para a re-ocupação da região de Ivatuba. Pois a cafeicultura neste período foi o principal fator para a migração destas populações.

Segundo Nadir Cancian (1977), após a segunda guerra mundial a produção do cafeeira sofreu algumas mudanças, com o aumento dos preços do café e o deslocamento do centro de produção de São Paulo para o Paraná, principalmente no norte do estado (Norte Novo em 1951, Norte Novíssimo em 1962 e em 1965

novamente o Norte Novo), onde se configurou como o maior centro dinâmico da atividade.

Cancian (1977) compreende estes centros dinâmicos, como áreas onde a produção já estava estabelecida ou sofria algum declínio;

A expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico, que compreendia uma área onde o café estava penetrando, uma em que se encontrava plenamente em produção e outra, decadente, onde a agricultura se achava em declínio. Daí a existência de centros dinâmicos onde a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu.(CANCIAN, 1977, p291)

A partir do momento que ocorrem as primeiras geadas, liquidando inúmeras plantações de café a frente pioneira de expansão na cidade de Ivatuba, paulatinamente perdera força.

Nas décadas de 1960 e 1970, o fluxo migratório da região de São Paulo e Santa Catarina continuou constante. No entanto, a partir do momento em que ocorreram as primeiras geadas, as frentes pioneiras de expansão na cidade de Ivatuba, paulatinamente, perderam a força.

No entanto, no ano de 1975, a grande geada que atingiu o Paraná dizimou toda produção cafeeira do Estado. Na alvorada de 16 de julho de 1975, os termômetros chegaram a registrar 3 graus negativos no abrigo e 9 graus abaixo de zero na relva. A paisagem verde, mesclada pelo branco das floradas que outrora enchiam os olhos dos cafeicultores, tão cedo não mais geraria os frutos vermelhos. No dia da “geada negra” um clima de profunda tristeza se instalou entre os munícipes.

As notícias difundiram-se com muita rapidez e interferiram nos negócios, trazendo um prejuízo incalculável não só para os agricultores mas também para corretores, beneficiadores, transportadoras, exportadores e compradores. Nos três dias da geada, as temperaturas mantiveram-se muito frias à noite e relativamente quentes durante o dia, além de um vento seco e constante. A imagem que se observava nos dias que se sucederam era dramática: plantações, pastagens e pomares totalmente “torrados”, aparentando uma cor escurecida pela requeima.

No final da tarde, o céu azul ficou marcado por manchas vermelhas que anunciavam o efeito climático. A madrugada do dia 18 (sexta-feira) foi de perplexidade. Nas horas mais frias, os termômetros caíram, eliminando os cafezais.

Em virtude das dimensões do fenômeno, ele foi denominado popularmente de “geada negra” (1975). Os cafezais que cobriam e coloriam a região Norte do Estado se transformaram em uma imensa mancha negra. No Paraná foram dizimados 850 milhões de pés de café e a produção dos grãos dos próximos anos ficou comprometida.

Essas sucessivas frentes frias nunca chegaram a destruir todo o “pé de café”, Capelotto recorda que algumas queimavam uma parte só da planta, porém a geada de 1975 foi devastadora, nenhuma parte da plantação escapou, ele recorda.

Segundo o economista e professor da UFPR, Demian Castro, “a geada foi uma contingência climática desastrosa que apressou uma mudança de perfil já em curso no estado.” Desde os anos 1960, aumentavam os esforços para a industrialização no Paraná, até então restrita ao beneficiamento primário de produtos como a madeira e o próprio café.

As diretrizes do governo militar, nos anos 1970, apontavam para a modernização da agricultura e para o aumento da oferta de alimentos. Nesse cenário, o café vinha perdendo força e sofrendo sucessivas quedas de preço. Era o prenúncio da chamada revolução verde: “no vácuo do café, a soja avançou, e isso aconteceu com fortes subsídios dos governos estadual e federal”, lembra o professor.

Cabe destacar que o Paraná naquele período era o maior produtor de café do país. Cancian (1981) defende a tese de que a cafeicultura paranaense foi uma continuação da “marcha para o oeste” da cafeicultura paulista. Hipótese essa extremamente coerente quando consideramos que, a partir do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, o café buscou, como um “rastilho de pólvora”, as férteis terras do Oeste do Estado de São Paulo. Não tardaria para que paulistas e mineiros voltassem suas atenções para as novas terras – sem saúvas – do Norte do Paraná, já na segunda metade do século XIX.

Os fatores dessa “invasão” no Norte paranaense tornam-se praticamente consenso entre os diversos autores. Primeiramente se destaca a expansão da Revolução Industrial, consolidando o imperialismo e a formação de uma nova fase do capitalismo, o capitalismo monopolista, caracterizado pela busca de mercados fornecedores e consumidores. Os imigrantes europeus e japoneses foram, da mesma forma, importantes para impulsionar os empreendimentos agrícolas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Cancian (1981) ressalta que no Paraná, além dos fatores já mencionados, contribuíram também para o desenvolvimento da economia cafeeira a terra de boa qualidade, incentivos do governo do Estado em ocupar terras devolutas de forma permanente e a crise pela qual passava a cafeicultura brasileira, sobretudo a paulista, desde 1893, que gerou medidas restritivas em São Paulo. Em contrapartida, no mesmo período – fins do século XIX e início do século XX – as autoridades paranaenses, por meio do secretário de Estado dos Negócios de Finanças, Comércio e Indústrias, Dr. Javert Madureira, e do presidente do Estado, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, procuravam incentivar e proteger a nascente cafeicultura do Paraná. Em suas mensagens ao Congresso Legislativo do Estado, em 1904 e 1905, eles pediam não só a redução das taxas como a própria isenção de impostos de exportação por Paranaguá.

As lavouras de café permitiam, paralelamente, o desenvolvimento de uma cultura de subsistência, pois, uma vez que o sistema de plantio adensado não era praticado, o agricultor podia fazer uso das “ruas” entre as fileiras dos pés de café para cultivar produtos para o seu sustento e de sua família, assim como abastecer o pequeno comércio da região. No período de colheita, os setores de bens de consumo imediato, como de bens de consumo duráveis e de máquinas e equipamentos, eram extremamente fomentados nas cidades próximas, na Capital Curitiba e até mesmo na não distante cidade de São Paulo.

No entanto, a geada de 1975 exigiu que novas técnicas de produção fossem implementadas na região de Ivatuba. Esta ocasionou um impacto entre a população residente, pois em conjunto com a mecanização e modernização da agricultura, a substituição do plantio de café pela lavoura branca gerou desemprego e o êxodo rural.

Dessa forma, passou-se de uma “agricultura tradicional” com a mão de obra predominantemente familiar, e substancialmente, voltada para o consumo próprio, para uma “nova agricultura” com novas lavouras como a soja, um produto cujo cultivo exige pouca mão de obra e visa à exportação.

Mori (1999) ressalta que a na nova fase que passava a agricultura ivatubense, a falta de incentivos do governo para o plantio de café e a geada de 1975, obrigaram os trabalhadores rurais a deixarem o município e partirem para outras regiões e centros urbanos. Nesse período, a população rural de Ivatuba, segundo dados do Caderno de Estatística Municipais - Iparde, era de 12.122 e a urbana de 1.979, totalizando aproximadamente 14 mil habitantes. Na década de 1980, esse número

caiu para 1.132 e 1.418, respectivamente. Na tabela a seguir, conforme a pesquisa, nota-se esse movimento de êxodo rural, pertinente ao Norte do Paraná.

População	1970	1980	1990	2000	2010
Pop. Urbana	1.799	1.413	2.198	1.926	2339
Pop. Rural	12.122	1.132	727	870	881
Total	13.921	2.545	2.925	2.796	3.220

Tabela 1 –

População rural, urbana e total do município de Ivatuba, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

Considerações finais

Podemos constatar que Ivatuba, assim como as demais cidades, se configura como um pequeno núcleo urbano, disposto e uma zona rural com aproximadamente 96, 786 km Este município teve com principal produto a cafeicultura, até a segunda metade do século XX, como uma prática agrícola que absorvia principalmente a mão-de-obra familiar, entrecortadas de outras culturas para sustento das respectivas famílias.

Durante o processo de re-ocupação da cidade, na segunda metade do século XX, podemos observar a presença da frente pioneira de expansão, pautada na produção cafeeira. Com um intenso fluxo migratório dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Essa ocupação enraizada nestas duas regiões aconteceu essencialmente por meio do avanço dos produtores paulistas que procuravam terras novas e baratas e sem restrições quanto ao plantio de café e também pelo fato dos fundadores da companhia Grasso e Mazzuco Ltda, serem naturais do estado catarinense, auxiliando a comercialização dos lotes para os seus contrerrâneos.

Os migrantes que se estabeleceram na região, cultivaram o “grão rubro” até a década de 1970, quando sucessivas geadas destruíram praticamente toda produção cafeeira do estado. Segundo o economista e professor da UFPR, Demian Castro, “a geada foi uma contingência climática desastrosa que apressou uma mudança de perfil já em curso no estado.”⁵ Desde os anos 1960, aumentavam os esforços para a

⁵ Disponível em <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=34025>.

industrialização no Paraná, até então restrita ao beneficiamento primário de produtos como a madeira e o próprio café.

As diretrizes do governo militar, nos anos 1970, apontavam para a modernização da agricultura e para o aumento da oferta de alimentos. Nesse cenário, o café vinha perdendo força e sofrendo sucessivas quedas de preço. Era o prenúncio da chamada revolução verde: “no vácuo do café, a soja avançou, e isso aconteceu com fortes subsídios dos governos estadual e federal”, lembra o professor.

Nesse artigo buscou-se também, realizar uma reflexão sobre os discursos e memórias referentes ao pioneirismo expresso e impresso na publicação “Ivatuba Progresso Constante”, na qual constatamos que a palavra escrita e as imagens aparecem, lado a lado, se complementando e atribuindo significados as vivências dos indivíduos em distintas temporalidades.

Chamaram-nos a atenção dois aspectos: por um lado, o fato de que esta revista omitiu qualquer tipo de referência a presença indígena naquela região, onde recentemente foram encontrados artefatos de sua cultura material em meio às plantações. E, por outro, a aparente disposição de menosprezar a rápida devastação da cobertura vegetal e suas implicações para o ambiente na atualidade.

Mais do que isso, esse periódico reforçou entre a população residente e seus mais jovens descendentes a ideia de que a ocupação do norte paraense se deu de forma ordeira, harmoniosa, sem conflitos. A construção da memória da denominada “frente pioneira” mantém-se, ainda hoje, enraizada e constitui um dos argumentos de “orgulho” e de sentido de pertença difundidos por políticos e demais munícipes em publicações de natureza semelhante a “Ivatuba Progresso Constante”, reverenciadas nas efemérides cívicas e demais datas comemorativas.

Bibliografia

CANCIAN, Nadir. **Cafeicultura Paranense: 1900-1970**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 1977.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. – **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Ave Maria, 1977

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional. EDUEM: Maringá, 1999.

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano numa zona pioneira: Maringá**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MARTINS, José de Souza. 1997. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. Editora Hucitec, São Paulo, Brasil.

MOTA, Lucio Tadeu . **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2005

NEIVA, Artur Hehl. "A imigração na política brasileira de povoamento". **Boletim Geográfico**. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: 8(86): 151-183, maio, 1950

PADILHA , Antonio . “ **Ivatuba Progresso Constante** “ .Londrina . Traço Publicações . 1985

STEINKE, Rosana . **Ruas curvas versus ruas retas: A trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira**. 1. ed. Maringá Paraná: Eduem Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2007

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**” **História e Fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VELHO, Otavio Guilherme. “**Frentes de expansão e estruturas Agrárias**”. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1981.

ZORTEA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida: homenagem aos pioneiros**. São Paulo: Juriscredi, 1975